

- 1987 - Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. *Journal of World Prehistory* vol. 1, n.1:53-126
- 1991 - Áreas arqueológicas do litoral e do planalto do Brasil. *Rev. do Museu de Etnologia e Etnologia* 1:3-20. São Paulo

SCHMITZ, P.I. *et alii*

- 1984 - *Arte rupestre no centro do Brasil: pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia*. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo.

ZANETTINI, Paulo E.

- 1986 - *Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos*. *Arqueologia*. Curitiba, n° 5, p 117-130.

## CANUDOS: FICÇÃO E REALIDADE

Davis Ribeiro de Sena  
Cel. da Reserva do Exército

### O CÉU EXTERMINADOR

Tudo começou em 5 de maio de 1632, ocasião em que uma estrela cadente, qual adaga de fogo, causando estrondo ensurdecedor - maior que o trovão - e emitindo imensa luminosidade, rasgou o espaço, apunhalou o calcinado solo nordestino e ribombou pelos rastos e quebradas das caatingas.

A população era rarefeita - índios maçaracás na grande maioria - mas quem não viu ficou sabendo do presságio de Deus e logo começaram as buscas por aquela gente sofrida e crédula: uns impulsionados pelo inquebrantável fervor religioso, outros, nem tanto, à cata do tesouro arremessado pelo Todo-Poderoso. O "cometa" foi descoberto somente em 1784, no município de Monte Santo e ganhou o nome de Bendegó - riacho seco afluente do rio Vaza-Barris, onde despencara - e de ouro não tinha nada: tratava-se de um sederito (92,70 % de ferro e 6,52 % de níquel) com 5,36 toneladas de peso e está classificado em

décimo-primeiro lugar no rol dos maiores aerólitos que atingiram a Terra.

A “pedra encantada” foi conduzida à capital imperial, através de muitas peripécias, pelo então ex-oficial da Marinha de Guerra José Carlos de Carvalho. Partiu do ponto em que tombara em 07 de setembro de 1887 e chegou ao Rio de Janeiro em 10 de junho de 1888, durante a regência da princesa Isabel, ficando exposto à visita pública até os dias de hoje. A notícia do transporte do meteorito correu o Brasil como uma grande façanha da ciência nacional e àquela região caatingueira restou a sublime graça de ter sido eleita pelo Onipotente para acolher Sua mensagem.

Pois bem. Em 1785, o jovem capuchinho italiano e evangelista incansável frei Apolônio de Todi, atraído pelo achado sagrado do ano anterior, deslumbrado e contrito, constatou a semelhança da serra de Piquaraçá com o Calvário de Jerusalém e rebatizou-a com o nome de Monte Santo, construindo uma ermida de madeira no topo da montanha e outra maior no sopé, geratriz do arraial que ali se formou. Naqueles tempos, enchia os ouvidos dos nordestinos o boato de que ali estava situada a fabulosa mina de prata, de cuja existência duvidosa o malicioso aventureiro Muribeca iludira a todos, inclusive o governador da Bahia.

\*\*\*

Um século depois, ao cruzar o rio São Francisco, em Abaré, vindo de Quixeramobim (CE) e seguindo os passos de seu inspirador construtor de capelas, de quem era o mais extremado devoto, o beato cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, o futuro Conselheiro, atingia o sacro lugar e iniciava sua trajetória de místico peregrino. “Era um velho seco; barbudo, rezador que fazia gosto”, nas palavras do sertanejo Antônio Carola, 80 anos de idade em 1955.

Líder carismático, o messiânico Antônio Conselheiro conduziu sua gente à resistência até as últimas consequências, erguendo o Império do Belo Monte garantido pelas armas e questionando por meios violentos o Estado legal, cabendo ao Governo republicano restaurar a

ordem constituída e reintegrar o território nacional, alvo de uma sedição.

A luta fratricida então desencadeada (1896-1897) provocou muitas mortes e crueldades, ensoando o agreste torrão nordestino com o generoso sangue de patricios vítimas de mútua incompreensão e do ódio incontido, mas, também, por força da pertinácia, da bravura, e da tenaz resistência desses guerreiros indomáveis em confronto perverso.

Lá se vão cem anos... Passado todo esse tempo, o pesado fardo emotivo da tragédia canudense permanece bárbaro, palpitante e atual, como se tivesse acontecido há cem dias. Recentemente, fui contratado pelo Ministério do Exército para organizar a documentação referente à passagem do Centenário da Campanha de Canudos.

Isso posto, foi determinado pelos chefes militares a seleção de fotografias existentes no Arquivo Histórico do Exército, em formato de álbum, para divulgação ainda em 1997 e a elaboração de um livro a ser entregue no próximo ano, tudo sem prejuízo da realização de outras tarefas.

Aquele lastimável episódio não está esquecido. Ao contrário, permanece vivo e pulsante, sempre lembrado como uma tragédia que nunca deveria ter acontecido. O sertanejo - o Forte - não acalenta mágoa ou sequelas, do mesmo modo que o soldado. Lá se vão cem anos, quando, juntos, adubaram com seus despojos o solo inclemente mas sempre adorado, da mesma Pátria e, hoje, simplesmente trabalham, produzem, confraternizam e amam.

O brasileiro é um crente incurável. O mesmo sentimento nacional que edificou a modesta capela da Santa Cruz, no Pico Araçá, nos confins do sertão baiano, erigiu o majestoso Cristo Redentor, no morro mais alto à beira do mar, na capital do País.

## COMBATE FRATRICIDA

O envolvimento direto do Exército Brasileiro naquele confronto armado entre irmãos teve início em 6 de novembro de 1896, data em que a 1ª Expedição (uma centena de homens ao comando do tenente Manuel da Silva Pires Ferreira) partiu de Salvador para Juazeiro-Ba, via ferroviária; a missão foi cumprida com o ataque final a Canudos em 5 de outubro de 1897 (IVª Expedição, 2 divisões de Infantaria, sob as ordens do general-de-brigada Arthur Oscar de Andrade Guimarães). As IIª e IIIª Expedições não obtiveram êxito (batalhão reforçado e brigada de Infantaria, comandados pelo major Febrônio de Brito e o coronel Antônio Moreira César, respectivamente). Cerca da terça parte da Força Terrestre foi empenhada nos combates contra os rebeldes de Antônio Conselheiro.

Isso posto, o Sr. Ministro do Exército decidiu incentivar, entre outros eventos, a produção de um filme nacional sobre o doloroso acontecimento, a ser efetuado no alto sertão nordestino, nas proximidades de Juazeiro (Ba). Para isso, determinou o empréstimo a prazo fixo de armamento da época; a participação com pessoal cedido pelo Comando Militar do Nordeste (72º B I Mtz, Petrolina -Pe), figurando as tropas expedicionárias; o apoio de órgãos subordinados envolvidos (Secretaria Geral do Exército, Diretoria de Assuntos Culturais, 1ª Região Militar, 6ª Região Militar, etc); e o acompanhamento das filmagens, visando a preservar a Instituição de eventuais e por vezes inconsistentes distorções quanto ao emprego dos meios disponíveis.

O autor foi designado para fazer essa ligação com a empresa realizadora da fita e, desde o início, ainda na cidade do Rio de Janeiro, prestou constantes informações relativas a uniformes, distintivos, acessórios, bonés, calçados e outros detalhes, bem como na parte referente ao armamento utilizado por militares e conselheiristas. Deslocando-se para o sertão, continuou a assessorar pessoalmente o diretor da película, fornecendo dados específicos sobre vozes de comando, formações de combate, dispositivos, manuseio das armas portáteis e pesadas, etc.

Vale ressaltar, ainda, que o consultor militar não exerceu funções de fiscal e, muito menos, de censor, e os integrantes da equipe cinematográfica tiveram completa liberdade para definir roteiro (de conhecimento prévio pelo escalão superior), tomadas de cena e diálogos. A aceitação desse aconselhamento técnico - indispensável em produções estrangeiras, porém feito pela primeira vez no Brasil - por diretores, artistas, produtores, cenógrafos, figurinistas, assistentes, funcionários administrativos, etc foi excelente e o autor se desvanecia ao ter adquirido boas amizades, em setor social totalmente desconhecido para ele, embora seja veterano cinéfilo.

Por outro lado, não se tratou da realização de um documentário: o filme é comercial, de ficção, e a estória a ser mostrada na tela foi inventada para divertir as platéias, além de proporcionar lucro financeiro decorrente da empreitada. A saga canudense aparece como pano-de-fundo, à semelhança, por exemplo, de "... E o Vento Levou", antigo trabalho de Hollywood, que todos conhecem. Iniciada no dia 6 de julho deste ano, as filmagens da produção cinematográficas foram concluídas no último dia 2 de novembro.

A ordem para destruir Canudos partiu do Presidente da República, logo após reassumir o cargo, por força do desastre da Expedição Moreira César, que comovera toda a nação. As ações militares se desenvolveram de 21 de novembro de 1896 (o "fogo de Uauá") até 5 de outubro de 1897, com a queda da cidadela. O Exército Brasileiro cumpriu a missão com intensa dificuldade operacional - particularmente na área logística - e amargou elevadas baixas em seus efetivos. Estamos, portanto, vivendo o período que marca o Centenário daquele sangrento conflito interno, ponto de inflexão para a modernização da Força Terrestre.

## CANUDOS CENOGRÁFICA

Os habitantes de Petrolina e de Juazeiro solidarizaram-se entusiasticamente com o projeto, bem como o governo da Bahia, repartições federais, municipais e o comércio, principalmente hotéis, shopping, supermercados, táxis, restaurantes e boates. A cidade cenográfica de Canudos, erigida em pleno semi-árido, foi demolida e o dia-a-dia sertanejo voltou à normalidade, mas foi bom apreciar os encantos das duas cidades irmãs, além de se deslumbrar com a beleza da paisagem do rio São Francisco e degustar as deliciosas mangas e uvas colhidas naquelas terras viçosas, graças à irrigação racional.

Entretanto, nem tudo são flores: verificamos apreensivos que a maioria dos sertanejos de hoje trocou a umbuzada pela coca daíte, e a carne de bode pelo hambúrguer; caminha de tênis importados pela caatinga, tempera a carne de sol com catechupe e diz tchau ao se despedir. O abandono dos costumes locais e a difusão de novos modelos de comportamento exóticos constituem um processo célere e insensível que a indústria da mídia impõe às populações nativas, tornando-as membros de uma aldeia global, às vezes descompromissada com os mais singelos valores das tradições regionais brasileiras.

Evidentemente, não se trata de comemorar o transcurso do Centenário da violenta guerra entre patricios, momento em que o Exército suplantou inúmeros obstáculos - inclusive aqueles de natureza estrutural, como a inexistência do Serviço de Intendência - para vencer um adversário obstinado, com disposição para chegar às últimas consequências. Visa-se registrar o período da tragédia canudense como um fato histórico lamentável, mas que não deve ser omitido, eis que a Nação Brasileira emergia de exaustiva Guerra Civil (1892-5), que abraçou todo o Governo Floriano, e a tropa de terra atravessava fase de transição motivada pela revolução industrial, além de estar defasada técnica e taticamente para enfrentar o sangrento conflito armado travado no chão nordestino.

Concluídas as hostilidades não houve abertura de inquéritos, ninguém foi perseguido, nem tribunais especiais foram criados; o supremo Tribunal Federal não se pronunciou, a Presidência da República e o Parlamento silenciaram, o Exército abandonou a lendária "mamadeira" no teatro de operações e não premiou os expedicionários com medalhas ou condecorações enaltecedoras de campanha, como se a Nação ansiasse por sepultar os lastimáveis acontecimentos.

Neste pequeno trabalho, inicialmente passamos informações sobre o cumprimento da missão ministerial e agora as complementamos com os seguintes dados:

- o material bélico emprestado foi restituído às Organizações Militares detentoras;
- a empresa produtora está organizando uma exposição pública dos uniformes, equipamentos e "material bélico" utilizados na fita, cujo lançamento comercial está previsto para o próximo mês de setembro;
- a cidade cenográfica foi destruída por tratores, pois o terreno onde foram feitas as filmagens é de propriedade particular e voltará à normalidade.

O autor esteve fisicamente no local durante os períodos compreendidos entre 5-19, julho 1996 e 11-23, agosto 1996, quando prestou aconselhamento especializado, como militar da reserva contratado por tempo certo pelo Ministério do Exército. Deve ficar claro que não manteve qualquer vínculo empregatício com a firma civil, e suas atividades foram executadas sem receber diárias ou qualquer outra recompensa financeira.

A colaboração espontânea da Força Terrestre tornou realidade a produção de um filme nacional de ficção com abordagem histórica, ocasião em que foi um dos lados litigantes em uma campanha militar sabidamente perversa, mas não desejada pela Instituição.